

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVA OBJETIVA --

### Questão 1

No que se refere às fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo a doutrina majoritária, devido à formalidade que caracteriza o direito administrativo, suas fontes são, necessariamente, escritas.
- Ⓑ Quando se cita a lei como fonte do direito administrativo, faz-se referência às leis ordinárias regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.
- Ⓒ Apesar de sua relevância para orientar os agentes públicos, a jurisprudência não é tida como fonte do direito administrativo.
- Ⓓ Leis que são fonte do direito administrativo não necessariamente têm aplicabilidade em todo o território nacional.
- Ⓔ A jurisprudência somente é fonte do direito administrativo nos países que adotam o sistema de contencioso administrativo.

### Questão 2

No que concerne aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ No regime estatutário dos servidores públicos, não há margem para negociação das condições de trabalho, porque elas decorrem da lei.
- Ⓑ Em matéria de legislação de pessoal, a competência para iniciativa legislativa é concorrente do chefe do Poder Executivo, dos parlamentares, dos presidentes de tribunais e do chefe do Ministério Público.
- Ⓒ A fim de uniformizar as regras e evitar discrepâncias de tratamento, a Constituição Federal de 1988 unificou o regime estatutário dos agentes públicos, para os três níveis da federação.
- Ⓓ A doutrina, majoritariamente, equipara o significado dos termos “vencimento” e “vencimentos” quando trata da remuneração dos agentes públicos.
- Ⓔ No caso de agentes públicos sob regime celetista, não se adotam planos de cargos, porque prevalece a negociação entre empregadores e empregados.

### Questão 3

A respeito dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A positividade do princípio da moralidade, no direito brasileiro, deu-se apenas com a Constituição Federal de 1988, segundo a doutrina majoritária.
- Ⓑ O princípio da economicidade, aplicado ao regime das licitações, impõe à administração pública a opção pela proposta que proporcionar maior vantagem econômica.
- Ⓒ Para avaliar o cumprimento dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não se leva em conta o aspecto da finalidade do ato, mas sim a racionalidade de sua fundamentação.
- Ⓓ O princípio da publicidade tem importante relação com o princípio republicano, no sentido de que este pressupõe controle dos atos das autoridades, e não pode haver controle sem conhecimento desses atos.
- Ⓔ Por força do princípio da supremacia do interesse público, o administrador não tem o poder de renunciar a direitos, poderes e competências da administração pública.

### Questão 4

No que diz respeito ao direito de regresso, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito de regresso não pode ser invocado nos casos de atos meramente culposos de agente público.
- Ⓑ Agente público que deva ressarcir o Estado em caráter regressivo somente pode ser responsabilizado na via judicial.
- Ⓒ Não tem direito de regresso contra o poder concedente o concessionário de serviço público que tenha causado dano.
- Ⓓ Pelo fato de exercerem atividade a título privado, não cabe responsabilização do Estado por atos de notários e registradores nem, em consequência, direito de regresso contra estes.
- Ⓔ Juízes podem ser responsabilizados com base no direito de regresso.

### Questão 5

As servidões administrativas

- Ⓐ impõem-se apenas para realização de obra pública.
- Ⓑ podem atingir bem público.
- Ⓒ são integralmente regidas pelas normas do Código Civil.
- Ⓓ não geram direito a indenização, pelo fato de não importarem em perda da propriedade.
- Ⓔ não podem ser impostas por decisão judicial.

### Questão 6

Relativamente ao processo administrativo e à Lei n.º 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo), assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é admissível decisão com fundamentação por meio de remissão a outras peças de processo administrativo (fundamentação *per relationem*).
- Ⓑ A administração pública pode adotar decisões coordenadas, entendidas como aquelas que envolvam três ou mais setores, órgãos ou entidades públicas, em qualquer espécie de processo administrativo.
- Ⓒ A instrução dos processos administrativos pode ocorrer na fase recursal.
- Ⓓ No caso de um particular descumprir o dever legal de proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, a administração pública pode impor-lhe a sanção de vedação de acesso ao processo administrativo, pelo prazo de até 15 dias.
- Ⓔ Quando não houver previsão legal específica de autoridade competente para instaurar processo administrativo, este deverá ser iniciado pelo presidente ou por quem ocupe função equivalente do órgão ou ente administrativo.

**Questão 7**

A luz da Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), assinale a opção correta.

- A No cálculo da receita bruta, para efeito de enquadramento de microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) no regime da Lei Complementar n.º 123/2006, deve-se computar as vendas canceladas.
- B No tratamento de MEs e EPPs, a Lei Complementar n.º 123/2006 dispensa, para registro de empresários e pessoas jurídicas, o cumprimento de requisitos de segurança sanitária, metrologia e controle ambiental.
- C O recolhimento mensal, em documento único de arrecadação, no regime do Simples Nacional, por parte de MEs e EPPs, não as exclui de todos os impostos e contribuições que possam incidir na sua atividade empresarial.
- D Microempreendedores individuais (MEIs) podem optar pelo recolhimento de tributos na sistemática do Simples Nacional, desde que, entre outros requisitos, não possuam mais que cinco estabelecimentos.
- E No caso de ME ou EPP tornar-se inadimplente para com órgão ou ente da administração pública federal, a cobrança do crédito não pode implicar inscrição da devedora no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

**Questão 8**

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a opção correta.

- A No regime da LGPD, dados anonimizados perdem, para fins de proteção legal, a característica de dados pessoais, não podendo o processo de anonimização ser revertido.
- B A LGPD contém normas para proteção dos titulares de dados contra danos patrimoniais causados por controladores e operadores de dados, mas não prevê responsabilidade por danos morais, os quais, quando for o caso, devem se basear na legislação civil.
- C Quando o tratamento de dados houver tido consentimento do titular, este tem direito a obter cópia eletrônica integral dos dados, caso em que não se aplica a reserva de sigilo comercial.
- D Se um pesquisador de determinado órgão de pesquisa realizar tratamento de dados pessoais para fins apenas acadêmicos e não econômicos, ele não necessariamente precisará obter consentimento do titular dos dados.
- E A LGPD proíbe, em qualquer caso, a transferência internacional de dados pessoais.

**Questão 9**

Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.

- A Bens móveis podem ser bens públicos.
- B Bens públicos especiais podem ser alcançados pela usucapião.
- C Bens públicos dominicais são inalienáveis.
- D As unidades de conservação instituídas com base na legislação ambiental são bens de uso especial.
- E Todas as ilhas do território brasileiro são bens de uso comum de propriedade da União.

**Questão 10**

De acordo com a Lei Estadual n.º 2.148/1977 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Sergipe), assinale a opção correta.

- A O conjunto de cargos em comissão e de provimento efetivo de um órgão ou ente público constitui uma classe de servidores.
- B Ocorre readaptação quando um servidor aposentado retorna ao serviço ativo, em cargo compatível com sua condição presente.
- C A entrada em exercício de servidor no cargo que haja sido por ele provido deve ocorrer em 15 dias, improrrogáveis.
- D Se um servidor em débito com a administração pública vier a falecer antes de liquidada a dívida, esta será considerada extinta.
- E Entre outros requisitos, somente se concederá licença para tratamento de saúde de pessoa da família de servidor caso seja constatada incompatibilidade da assistência à pessoa com o exercício simultâneo das funções, por parte do servidor.

**Questão 11**

A respeito da normatividade constitucional, assinale a opção correta.

- A O reconhecimento de mutações constitucionais contrárias ao texto da Constituição a torna excessivamente dependente dos fatores reais de poder.
- B A norma constitucional tem seu texto expresso na Constituição.
- C A repristinação constitucional ou constitucionalidade superveniente é acolhida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- D A teoria positivista rejeita a hipótese de lacunas constitucionais.
- E O Poder Judiciário monopoliza a competência para interpretar as normas constitucionais.

**Questão 12**

Acerca da formação e modificação da Constituição, assinale a opção correta.

- A As Constituições super-rígidas não admitem modificação de seu texto.
- B A revisão constitucional corresponde ao conjunto de regras e procedimentos a que se submetem as propostas de emenda ao texto constitucional.
- C Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), o povo é o titular do poder constituinte.
- D O poder constituinte originário é um poder limitado pelos direitos naturais.
- E O poder constituinte estadual ou distrital está limitado apenas pela observância dos direitos e das garantias fundamentais.

**Questão 13**

Em relação aos direitos, aos deveres e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.
- B Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos compõem o bloco de constitucionalidade brasileiro.
- C O preceito convencional aprovado com *status* de emenda à Constituição se aplica de forma prevalente sobre o texto originário da Constituição, se for mais favorável ao titular do direito.
- D O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.
- E O controle de convencionalidade não é admitido pelo ordenamento jurídico brasileiro.

**Questão 14**

No que se refere à organização do Estado e à preservação do princípio federativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os estados podem desmembrar-se para se anexarem a outros mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- Ⓑ O direito de secessão é, na hipótese de invasão estrangeira, garantido pela CF.
- Ⓒ Não ofende o princípio da laicidade estatal a obrigação legal de manter livros religiosos em bibliotecas públicas.
- Ⓓ A hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos estados e ao Distrito Federal não descumpra o princípio federativo.
- Ⓔ A preferência por servidor do mesmo estado, como critério de desempate em concurso público para o provimento de cargo estadual, não configura violação ao princípio federativo.

**Questão 15**

No que diz respeito às repartições de competências legislativas entre os entes da Federação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe a lei municipal a restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo, por ser matéria afeita a interesse local.
- Ⓑ É constitucional lei estadual que regulamente o *homeschooling*, independentemente de lei nacional sobre o tema.
- Ⓒ Compete aos estados e ao Distrito Federal suplementar a legislação da União acerca de populações indígenas.
- Ⓓ Cabe a lei estadual dispor sobre formas de pagamento dos planos privados de assistência à saúde.
- Ⓔ É inconstitucional lei estadual que conceda porte de armas a procuradores do estado.

**Questão 16**

No que concerne ao regime constitucional dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para a concessão da aposentadoria especial do professor, exclui-se o período de atividades de direção de unidade escolar em estabelecimentos de educação infantil.
- Ⓑ A CF autoriza a acumulação de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.
- Ⓒ O exercício do direito de greve é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- Ⓓ A garantia da irredutibilidade de subsídio impede a aplicação imediata do teto de retribuição constitucional.
- Ⓔ O teto de retribuição constitucional aplica-se, por prestação, ao aposentado que acumula retribuição pecuniária estatal a título de proventos e pensão por morte.

**Questão 17**

Acerca das regras constitucionais que regem o processo legislativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em processos de iniciativa reservada ao chefe do Executivo não relacionados às leis orçamentárias, não se admite emenda parlamentar que implique aumento das despesas previstas no projeto inicial.
- Ⓑ Em caso de relevância e urgência, admite-se medida provisória que resolva conflitos de competência, em matéria tributária, entre os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- Ⓒ O processo legislativo previsto nas constituições estaduais não sofre restrições pelas normas de idêntico teor previstas na Constituição Federal.
- Ⓓ É de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.
- Ⓔ A CF reservou à lei complementar a regulamentação do processo legislativo de iniciativa popular, vedando restrições que obstem o exercício da soberania do povo.

**Questão 18**

Assinale a opção correta a respeito do controle de constitucionalidade.

- Ⓐ O princípio da subsidiariedade não se aplica à arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- Ⓑ O procurador-geral de estado está obrigado a defender o ato normativo estadual impugnado em face da Constituição Federal.
- Ⓒ Cabe recurso extraordinário da ação direta de inconstitucionalidade estadual por descumprimento de dispositivo constitucional de repetição obrigatória.
- Ⓓ A CF atribui ao governador de estado a prerrogativa de propor representação de inconstitucionalidade estadual.
- Ⓔ O *amicus curiae* é legitimado para interpor recursos nos processos de controle concentrado de constitucionalidade.

**Questão 19**

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria de saúde pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise ao fornecimento de remédios a portadores de determinada doença.
- Ⓑ É solidária a responsabilidade dos entes federados pela prestação de tratamento médico adequado, ainda que se busque medicamento não aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Ⓒ Não cabe, em nenhum caso, o fornecimento de medicamentos experimentais pelo Estado.
- Ⓓ Não cabe demandar os estados, o Distrito Federal e os municípios para fornecer medicamentos oncológicos, cuja responsabilidade é exclusiva da União.
- Ⓔ A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais viola o princípio da separação dos poderes.

**Questão 20**

No que se refere à ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

- Ⓐ A CF determina a interpretação restritiva dos princípios que restringem a livre iniciativa.
- Ⓑ A ordem econômica da CF tem o objetivo de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.
- Ⓒ Os estados estão autorizados, segundo critérios de oportunidade e conveniência, a alienar a titularidade dos serviços públicos que lhes são reservados pela CF.
- Ⓓ Ao Estado brasileiro é vedada a função de planejamento da atividade econômica.
- Ⓔ Ao Estado brasileiro é autorizada a função de planejamento, sendo esta apenas indicativa para o setor público.

**Questão 21**

Assinale a opção correta em relação aos direitos da personalidade, com base no disposto no Código Civil.

- A** Utilizar em peça publicitária fotografia de um casal se beijando durante o carnaval, tirada por um desconhecido, prescinde de autorização dos dois, haja vista que o ato aconteceu em local público.
- B** A declaração registrada em carteira de identidade de doador de órgãos somente é revogável até a maioridade.
- C** A negativa de submissão a cirurgia que implique risco de vida de paciente que, ainda consciente, tenha chegado a hospital gravemente ferido e sido informado sobre referido risco pode ser mitigada, pois, nessas situações, o mais recomendável é que prevaleça o ponto de vista médico.
- D** Terceiros envolvidos em biografias de pessoas públicas, como coadjuvantes na história, precisam conceder autorização para que a biografia possa ser regularmente publicada.
- E** É possível a reparação por perdas e danos a pessoa cujo nome tenha sido exposto em reportagem jornalística que o ligou a fato capaz de gerar desprezo público, mesmo que o responsável pela reportagem não tenha tido intenção difamatória.

**Questão 22**

Assinale a opção correta no que diz respeito à pessoa jurídica, conforme o estabelecido no Código Civil.

- A** A proteção dos direitos da personalidade, via de regra, não se aplica às pessoas jurídicas.
- B** Os atos dos administradores da pessoa jurídica, mesmo que não exorbitem os limites dos poderes definidos no seu ato constitutivo, não a obrigam de imediato, mas apenas após ratificados pela maioria absoluta dos sócios ou associados.
- C** O poder público não pode negar reconhecer ou registrar atos constitutivos de organizações religiosas, independentemente do cunho filosófico ou doutrinário da religião.
- D** A personalidade da empresa pode ser desconsiderada sempre que estiver dificultando o recebimento de quantias líquidas e exigíveis por parte de algum credor.
- E** A mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade jurídica inversa de uma das empresas que o compõem.

**Questão 23**

A respeito dos negócios jurídicos e de sua invalidade, segundo estabelecido no Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Ao se interpretar uma declaração de vontade, o sentido literal da linguagem deve receber tanto peso quanto a intenção da declaração.
- B** A anulação do negócio jurídico tem prazo prescricional de quatro anos.
- C** O modo como as partes se comportam depois da celebração do negócio jurídico influencia o sentido a ser dado à interpretação do negócio.
- D** As declarações de vontade com relevo jurídico, em geral, dependem de forma especial.
- E** Tanto o negócio nulo quanto o anulável se convalidam pelo decurso do tempo.

**Questão 24**

Vitor Hugo, de 16 anos de idade, passeava com seu cachorro Rex, um pastor alemão considerado manso, na rua em que mora com os pais, quando um vaso caiu de um dos apartamentos do prédio vizinho e atingiu a cabeça do cão. Rex levou vários pontos e ainda ficou internado, por três dias, em uma clínica veterinária, o que gerou uma despesa de R\$ 1.500. Alguns dias depois, uma criança que passava na calçada com a mãe, sem que esta percebesse, deu um tapa na cabeça de Rex, exatamente no local dos pontos. O cachorro revidou, mordendo a criança no rosto. O atendimento médico e cirurgia a que a criança teve de ser submetida, em clínica particular, custou o valor total de R\$ 15.000.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca de responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil.

- A** Caso a criança tivesse vindo a óbito em decorrência da mordida do cachorro Rex, o direito de exigir indenização a Vitor Hugo e(ou) a seus pais se extinguiria.
- B** Os pais de Vitor Hugo terão de indenizar as despesas hospitalares da criança mordida pelo cachorro Rex, a não ser que fique comprovada a culpa da mãe da criança, por ter-se descuidado em vigiá-la.
- C** Os pais de Vitor Hugo só terão de indenizar os danos causados à criança mordida pelo cachorro Rex se ficar provado que também tiveram culpa no incidente.
- D** A obrigação é dos pais de Vitor Hugo, mesmo que provem não terem condições financeiras de assumi-la e ainda que Vitor Hugo tenha recebido recentemente uma herança suficiente para cobrir a despesa.
- E** A despesa da clínica veterinária deve ser suportada por Vitor Hugo e sua família, pois a queda de um vaso colocado na janela de um apartamento caracteriza evento de força maior ou caso fortuito, o que isenta o habitante do imóvel de responsabilidade.

**Questão 25**

Com base no que dispõe o Código Civil sobre posse e usucapião, assinale a opção correta.

- A** Possuidor é aquele que exerce todos os poderes inerentes à propriedade.
- B** A posse de má-fé não gera qualquer direito.
- C** Posse de má-fé é o mesmo que posse violenta ou clandestina.
- D** A pessoa que tiver posse direta, sem interrupção e sem contestação, por dois anos, de imóvel de até 250 m<sup>2</sup>, utilizado para sua moradia, e que antes dividia com ex-companheiro ou ex-cônjuge que tenha abandonado o lar, pode adquirir o domínio do imóvel se não possuir nenhum outro, urbano ou rural.
- E** A exigência de não possuir imóvel para a usucapião urbana não se estende a imóveis rurais.

**Questão 26**

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os itens a seguir.

- I Em se tratando de danos individuais decorrentes de atividade empresarial poluidora, é possível a aplicação das disposições do CDC, reconhecendo-se o acidente de consumo e o consumidor por equiparação.
- II O Ministério Público não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos de consumidores em decorrência da prestação de serviço público.
- III Uma pessoa jurídica que integre a cadeia de fornecimento de um produto não pode ser considerada consumidora, em nenhuma hipótese, em relação à pessoa jurídica que lhe fornece insumos.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 27**

Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa e no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

- A** O período máximo previsto para a internação do menor de idade por ato infracional é de três anos, podendo, no entanto, chegar a cinco anos, em casos de extrema periculosidade do menor infrator.
- B** É assegurado um salário mínimo de benefício mensal a pessoas idosas acima dos 65 anos de idade que não possuam meios para prover sua subsistência, tampouco sua família.
- C** Em estacionamentos públicos ou privados, a reserva de vagas a pessoas idosas fica a cargo da discricionariedade do ente estatal responsável ou do proprietário do local.
- D** Fica a critério da legislação local conceder ou não a gratuidade a maiores de 65 anos em transporte coletivo público urbano.
- E** O Estado tem o dever de fornecer, gratuitamente, atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade; no ensino fundamental a crianças e adolescentes, a saber, dos seis anos de idade a quatorze anos de idade; e no ensino médio a adolescentes de 15 a 18 anos de idade.

**Questão 28**

A respeito do parcelamento do solo urbano, disciplinado pela Lei n.º 6.766/1979 e suas alterações, assinale a opção correta.

- A** É permitido o parcelamento do solo em áreas de preservação ecológica, desde que obtida a licença especial de que a referida lei trata.
- B** Em qualquer hipótese, aos Estados cabe disciplinar a aprovação pelos municípios de loteamentos e desmembramentos.
- C** O parcelamento urbano realiza-se, segundo a mencionada lei, sob duas modalidades, loteamento e desmembramento, sendo a segunda a subdivisão em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- D** A venda ou promessa de venda de parcela de loteamento ou de desmembramento não registrado é possível, atendidas as condições impostas pela lei em questão.
- E** Consiste em contravenção penal, e não crime, lotear ou desmembrar o solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente.

**Questão 29**

No tocante à disciplina do condomínio geral e edifício dada pelo Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Para que um condômino possa reivindicar a coisa de terceiros ou defender a posse, todos os condôminos devem participar da reivindicação ou, ao menos, autorizá-la.
- B** O síndico de condomínio edifício tem de ser obrigatoriamente um condômino.
- C** O condômino se obriga a concorrer para as despesas de conservação do condomínio na proporção de sua parte.
- D** O condômino, nos condomínios gerais, não pode exigir a divisão da coisa comum a não ser em situações muito específicas, sendo obrigado a permanecer em condomínio enquanto tais situações não ocorrerem.
- E** Em edificações, todas as partes são de propriedade comum dos condôminos, não existindo partes de propriedade exclusiva.

**Questão 30**

Com base no que dispõe o Código Civil a respeito dos institutos jurídicos da superfície, das servidões e do usufruto, assinale a opção correta.

- A** O usufrutuário não tem direito à percepção dos frutos, que deverão ser entregues ao proprietário.
- B** O direito de superfície sempre autoriza também que se faça obra no subsolo.
- C** A concessão da superfície não pode ser gratuita.
- D** O direito de superfície não se transmite a terceiros.
- E** Após o exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente por dez anos, o interessado poderá registrá-la em seu nome no registro de imóveis.

**Questão 31**

Julgue os itens a seguir de acordo com as regras previstas no Código de Processo Civil (CPC) para os procedimentos especiais.

- I A legitimidade para ajuizamento de ação de consignação em pagamento é exclusiva do devedor.
- II Em ação possessória coletiva de força velha, antes da apreciação de pedido de concessão de liminar, o juiz deve determinar a realização de audiência de mediação dentro do prazo legalmente indicado.
- III O indivíduo que sofrer restrições judiciais em seu patrimônio, decorrente de medida de desconsideração da personalidade jurídica na qual não estiver envolvido como parte, possui legitimidade para oferecer embargos de terceiro.
- IV No procedimento judicial de inventário e de partilha, é considerado como impróprio o prazo de quinze dias que a fazenda pública possui para informar ao juízo o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

**Questão 32**

Nos termos da legislação processual civil em vigor e conforme a jurisprudência dominante do STJ, é correto afirmar que, caso seja constatada indisponibilidade de sistema eletrônico de tribunal, a prorrogação de prazo para interposição de recurso deve ser admitida

- A** se a inoperabilidade do sistema for verificada em qualquer dia durante o curso do prazo recursal.
- B** se a inoperabilidade do sistema for verificada por mais de 24 horas em qualquer momento do curso do prazo recursal.
- C** apenas nas hipóteses em que a inoperabilidade do sistema coincida com o primeiro ou o último dia do prazo recursal.
- D** apenas na hipótese em que a inoperabilidade do sistema coincida com o último dia do prazo recursal.
- E** apenas na hipótese em que a inoperabilidade do sistema coincida com o primeiro dia do prazo recursal.

**Questão 33**

O Estado de Sergipe ajuizou, na justiça estadual comum, ação indenizatória contra determinada sociedade de economia mista federal. Após o saneamento do processo e antes da data marcada para audiência de instrução e julgamento, a União requereu seu ingresso na causa e demonstrou possuir interesse econômico no resultado do processo (reflexos de natureza econômica no caso de procedência do pedido).

Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A** o processo deve ser imediatamente deslocado para a justiça federal, juízo natural que possui competência constitucional para analisar o pedido de intervenção da União na hipótese.
- B** a participação da União deve ser rejeitada, porque a mera existência de interesse econômico, ao contrário do que aconteceria se demonstrado interesse jurídico, não justifica sua intervenção processual.
- C** a intervenção da União não é mais possível no momento processual em que se encontra a demanda, sob pena de comprometimento do postulado da razoável duração do processo.
- D** somente na hipótese de o juiz entender que a União pode atuar como *amicus curiae* é que deve ser autorizado seu ingresso no feito, exclusivamente nessa qualidade.
- E** embora a legislação permita a intervenção anômala da União para esclarecer questões e apresentar documentos ou memoriais, o processo deve seguir tramitando na justiça estadual comum.

**Questão 34**

No que concerne à possibilidade de aplicação do regime de precatórios em execução movida por particular contra empresa estatal, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que

- A** viola a Constituição Federal de 1988, em qualquer hipótese, a utilização de precatório para pagamento de dívida de empresa estatal.
- B** para se submeterem ao regime dos precatórios, as empresas estatais devem, cumulativamente, prestar exclusivamente serviço público essencial, em regime não concorrencial, e não ter finalidade primária de distribuir lucros.
- C** apenas as empresas públicas criadas antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 podem utilizar precatórios para pagamento de suas dívidas.
- D** o regime de pagamento por precatório pode ser utilizado por empresa pública, mas nunca por sociedade de economia mista.
- E** as empresas estatais que exercem atividades econômicas em sentido estrito podem se valer do regime de pagamento por precatório caso demonstrem que recebem repasses financeiros do poder público.

**Questão 35**

No julgamento de determinado recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o relator verificou acertadamente que, em relação ao mesmo ponto do acórdão impugnado, também havia sido interposto recurso extraordinário que versava sobre tema afetado à sistemática da repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF). Em vista disso, o relator determinou o sobrestamento e o retorno dos autos ao tribunal de origem. O encaminhamento possuía a finalidade de que fosse exercido, oportunamente, o juízo de retratação ou de conformação no tribunal *a quo*.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STJ, o pronunciamento do relator deve ser considerado

- A** irrecorrível, por não possuir carga decisória.
- B** recorrível por agravo interno.
- C** recorrível por embargos de divergência.
- D** recorrível por recurso extraordinário.
- E** juridicamente inexistente, porque não cabe ao STJ se manifestar sobre sobrestamento de matéria afetada pelo STF.

**Questão 36**

Conforme regra prevista no Código de Processo Civil (CPC), no cumprimento de sentença para recebimento de honorários de sucumbência fixados por quantia certa em decisão prolatada na fase processual de conhecimento, os juros moratórios

- A** incidem a partir da data da propositura da ação de conhecimento, quando devidos pelo autor, ou da data da citação, quando devidos pelo réu.
- B** incidem a partir da data da publicação da decisão que determinou o pagamento de honorários.
- C** incidem a partir do trânsito em julgado da decisão que determinou o pagamento de honorários.
- D** não são devidos, cabendo apenas correção monetária do valor fixado.
- E** incidem a partir da intimação do devedor para efetivar o cumprimento de sentença.

**Questão 37**

De acordo com as regras que tratam da função jurisdicional no Código de Processo Civil (CPC), a cooperação jurídica internacional que tenha a finalidade de execução, pelo Poder Judiciário brasileiro, de decisão prolatada por órgão jurisdicional de outro país deve ser feita

- A** exclusivamente por auxílio direto.
- B** por ação de homologação de sentença estrangeira ou por auxílio direto.
- C** exclusivamente por ação de homologação de sentença estrangeira.
- D** por auxílio direto ou por carta rogatória.
- E** por carta rogatória ou por ação de homologação de sentença estrangeira.

**Questão 38**

Acerca da reclamação, da ação civil pública, do mandado de segurança, da ação rescisória e do incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a opção correta, de acordo com a legislação processual em vigor e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- Ⓐ É dispensado o prequestionamento para interposição de recurso especial contra acórdão de tribunal de justiça que, mesmo sem julgar o caso concreto, fixa tese jurídica em abstrato em incidente de resolução de demandas repetitivas.
- Ⓑ A interposição simultânea, pela pessoa jurídica de direito público interessada, de agravo de instrumento e de pedido de suspensão para impugnar decisão interlocutória que defere liminar em mandado de segurança no primeiro grau caracteriza violação ao princípio da boa-fé objetiva.
- Ⓒ Para o ajuizamento de ação rescisória contra sentença transitada em julgado, não há necessidade de que tenha ocorrido o esgotamento das vias recursais no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.
- Ⓓ A reclamação é instrumento processual adequado para controle de decisões que, em qualquer instância, deixem de aplicar precedente estabelecido pelo STJ em recurso especial repetitivo.
- Ⓔ A ausência de intimação do Ministério Público para funcionar como fiscal da ordem jurídica em ação civil pública acarreta, por si só, nulidade processual absoluta decorrente de prejuízo presumido.

**Questão 39**

Em relação à ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ A tutela provisória de indisponibilidade de bens pode ter caráter antecedente ou incidente, e sua concessão depende, além da probabilidade das alegações do autor, da demonstração de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado do processo.
- Ⓑ Em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa, a demanda deve ser proposta no foro do domicílio do réu.
- Ⓒ No caso de alegação de existência de prejuízo ao erário de valor superior a sessenta salários mínimos, a sentença de improcedência se submete ao duplo grau obrigatório.
- Ⓓ O desmembramento de litisconsórcio passivo é medida incompatível com a natureza da matéria analisada em processo que julga atos de improbidade administrativa.
- Ⓔ Será nula a decisão de mérito total ou parcial em que se realize o julgamento conforme o estado do processo para julgar precedente ou improcedente pedido principal.

**Questão 40**

Os itens seguintes apresentam técnicas e institutos existentes no sistema processual brasileiro.

- I Incidente de descon sideração da personalidade jurídica;
- II Denúnciação da lide;
- III Técnica de ampliação do colegiado constante do art. 942 do Código de Processo Civil, que prevê a convocação de novos julgadores quando o julgamento de recurso não for unânime;
- IV Concessão de tutela provisória cautelar de ofício;
- V Recurso especial;
- VI Recurso extraordinário.

Podem ser utilizados nos juizados especiais da fazenda pública apenas as técnicas e os institutos indicados nos itens

- Ⓐ III e VI.
- Ⓑ I, IV e VI.
- Ⓒ II, III, IV e V.
- Ⓓ I, II, III e IV.
- Ⓔ I, II, III, V e VI.

**Questão 41**

Túlio, um conhecido chefe de organização criminosa, plantou uma bomba no automóvel que transportava o presidente da empresa Beta (alvo da ação delituosa) bem como um motorista e um segurança. Túlio detonou o artefato a distância, durante o deslocamento do veículo em via pública, o que resultou na morte de todos os seus ocupantes.

Nessa situação hipotética, em relação à morte do segurança, Túlio agiu com

- Ⓐ preterdolo.
- Ⓑ dolo direto de primeiro grau.
- Ⓒ dolo direto de segundo grau.
- Ⓓ culpa consciente.
- Ⓔ dolo eventual.

**Questão 42**

Diego adquiriu uma faca com a intenção de assaltar um ônibus. Ao entrar no veículo que pretendia assaltar, Diego notou a presença de lutadores de jiu-jítsu vestidos com seus respectivos quimonos, então decidiu descer e procurar outro alvo.

Nessa situação hipotética, a conduta de Diego configura

- Ⓐ ato preparatório impunível.
- Ⓑ desistência voluntária.
- Ⓒ arrependimento eficaz.
- Ⓓ arrependimento posterior.
- Ⓔ crime tentado.

**Questão 43**

O policial Ermano e sua filha de dois anos caminhavam em uma rua quando se depararam com um cão Rottweiler que era guiado por seu tutor, Ronaldo. O cão atacou Ermano e a filha, ainda que Ronaldo tentasse controlar o animal. Ermano, que portava uma arma de fogo, disparou-a para proteger a filha e, embora o alvo fosse o cão, o projétil ricocheteou e atingiu Ronaldo, que faleceu em decorrência do ferimento, tendo ficado constatado que Ermano não tinha outra alternativa para evitar o ataque do cão contra sua filha.

Nessa situação hipotética, Ermano agiu

- Ⓐ em legítima defesa putativa, devendo responder, contudo, pela morte de Ronaldo.
- Ⓑ em *aberratio ictus*, amparado por uma causa excludente de culpabilidade.
- Ⓒ em estado de necessidade exculpante, devendo responder, contudo, pela morte de Ronaldo.
- Ⓓ em estado de necessidade e não deve responder, na esfera penal, pela morte de Ronaldo.
- Ⓔ em legítima defesa preordenada e não deve responder pela morte de Ronaldo.

**Questão 44**

À luz do Código Penal (CP) e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta acerca das penas privativas de liberdade e das penas alternativas.

- Ⓐ É admissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) com condição especial ao regime aberto.
- Ⓑ O condenado que for reincidente em crime doloso não fará jus, em nenhuma hipótese, à pena restritiva de direitos.
- Ⓒ As penas se dividem em duas espécies: privativas de liberdade e restritivas de direitos.
- Ⓓ Se a pena-base for estabelecida no mínimo legal, é possível impor um regime prisional mais gravoso com base unicamente na gravidade abstrata do delito.
- Ⓔ A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.

**Questão 45**

Constitui causa impeditiva para a contagem do prazo para a prescrição

- Ⓐ o recebimento da denúncia.
- Ⓑ a reincidência.
- Ⓒ a não localização do agente.
- Ⓓ a pendência de recursos aos tribunais superiores, quando inadmissíveis.
- Ⓔ a decisão confirmatória da pronúncia.

**Questão 46**

Raquel foi vítima de roubo, durante o qual sua motocicleta foi subtraída sob grave ameaça. Após a conclusão do inquérito policial que investigou o crime, não tendo sido possível identificar o autor, o Ministério Público (MP) solicitou o arquivamento do caso devido à falta de justa causa, o que foi homologado pelo juiz competente. No entanto, um mês depois, uma nova testemunha surgiu e alegou ter informações sobre o autor do roubo.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Da decisão que promove o arquivamento caberá recurso para o chefe de polícia.
- Ⓑ O arquivamento do inquérito policial somente poderá ser feito a pedido do titular da ação penal, salvo na ausência de tipicidade da conduta, oportunidade em que o arquivamento pode ser realizado pelo delegado de polícia.
- Ⓒ Na ação penal pública condicionada, o arquivamento não depende do consentimento de vítima.
- Ⓓ Admite-se que o MP solicite o desarquivamento do inquérito, visto que a decisão de arquivamento na situação em questão apenas fez coisa julgada material.
- Ⓔ É admissível o arquivamento implícito na ação penal pública.

**Questão 47**

Dentro de um navio atracado no porto de Santos para uma viagem de cruzeiro, um desembargador do estado de Sergipe praticou lesão corporal gravíssima contra um senador da Bahia. O motivo do crime estava relacionado a uma discussão que envolvia times de futebol.

Nessa situação hipotética, segundo a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento do desembargador será de competência do

- Ⓐ juízo de primeiro grau da Justiça Federal de São Paulo.
- Ⓑ juízo de segundo grau da Justiça Estadual de Sergipe.
- Ⓒ Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- Ⓓ juízo de primeiro grau da Justiça Estadual de São Paulo.
- Ⓔ juízo de primeiro grau da Justiça Estadual de Sergipe.

**Questão 48**

Assinale a opção correta a respeito da prisão e da liberdade provisória, à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ Um dos requisitos para a decretação da prisão temporária é que esta seja adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado.
- Ⓑ É compatível com a Constituição Federal de 1988 a previsão da prisão especial para pessoas com diploma de nível superior.
- Ⓒ Há flagrante impróprio quando o agente é preso, logo depois de ter cometido a infração, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- Ⓓ Admite-se a concessão de liberdade provisória com pagamento de fiança nos crimes dolosos punidos com pena máxima privativa de liberdade superior a quatro anos.
- Ⓔ Será exigido o reforço da fiança quando o acusado descumprir, de forma injustificada, ordem judicial.

**Questão 49**

Cássia praticou crime de estelionato, tendo sido Patrícia a vítima. Após tomar conhecimento do oferecimento de denúncia contra Cássia pelo MP, que incluía a apresentação do valor do prejuízo sofrido e o requerimento de reparação do dano, Patrícia passou a acompanhar o andamento do processo, mas optou por não se habilitar como assistente de acusação. Após a instrução processual, os autos foram encaminhados para julgamento.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta à luz do Código de Processo Penal (CPP) e do entendimento jurisprudencial do STJ.

- Ⓐ O juiz pode estabelecer um valor de indenização em caso de sentença condenatória, no entanto, nessa situação, a ofendida não tem a faculdade de buscar a reparação do dano efetivamente sofrido no âmbito cível.
- Ⓑ Em caso de sentença absolutória com trânsito em julgado na qual seja reconhecida a insuficiência de provas para a condenação, não é possível buscar reparação cível.
- Ⓒ A fixação de valor mínimo (art. 387, IV, do CPP) para reparação dos danos morais causados pela infração exige pedido expresso na inicial, sendo necessárias, ainda, a indicação de valor e a instrução probatória específica.
- Ⓓ O juiz não está autorizado a fixar um valor mínimo de indenização; no entanto, em caso de sentença condenatória, Patrícia ou seu representante legal poderá executá-la por meio de ação civil *ex delicto*.
- Ⓔ Em caso de eventual sentença absolutória e omissão do MP, Patrícia tem o direito de apresentar recurso de apelação por intermédio de seu advogado, mesmo que não esteja habilitada como assistente de acusação no momento da sentença.

**Questão 50**

Acerca dos crimes em espécie, assinale a opção correta com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ Pratica o crime de desobediência o condutor de veículo que se recusa a acatar a ordem de parada emitida por uma autoridade durante uma ação de policiamento ostensivo, cujo propósito é prevenir e reprimir crimes.
- Ⓑ Inserir informação falsa em currículo Lattes configura crime de falsidade ideológica.
- Ⓒ O fato de as vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime e o local de sua ocorrência são circunstâncias relevantes para a incidência da qualificadora do repouso noturno no crime de furto.
- Ⓓ Configura crime de estelionato a conduta do funcionário de empresa o qual conspira com outro indivíduo para que este simule um assalto ao empregado com uma arma de fogo e, dessa forma, leve o dinheiro da empresa.
- Ⓔ A conduta de submeter-se à vacinação contra covid-19 em local diverso do agendado e(ou) com aplicação de imunizante diverso do reservado constitui crime contra a administração pública.

**Questão 51**

O poder do empregador voltado à organização e ao funcionamento do negócio de forma a determinar as condições da prestação de serviços do empregado em decorrência do contrato de trabalho é denominado

- Ⓐ poder diretivo.
- Ⓑ poder hierárquico.
- Ⓒ poder fiscalizatório.
- Ⓓ poder disciplinar.
- Ⓔ poder de controle.

**Questão 52**

As gueltas são

- A** empréstimos gratuitos de coisa não fungível.
- B** liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.
- C** gratificações ou prêmios pagos com habitualidade por terceiro aos empregados de uma empresa, com a anuência do empregador, no exercício de sua atividade-fim, com o objetivo de incentivar vendas de produtos ou serviços, durante o horário de trabalho.
- D** contratos em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o patrimônio de outrem.
- E** benefícios concedidos a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para o pagamento de custas processuais.

**Questão 53**

A modalidade de salário de um comissionista puro é o salário por

- A** unidade de tempo.
- B** tarefa.
- C** unidade de obra.
- D** utilidade.
- E** empreitada.

**Questão 54**

Com base no disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a opção correta.

- A** O comparecimento habitual do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam sua presença descaracteriza o regime de teletrabalho.
- B** O regime de teletrabalho é limitado a 30% dos empregados por estabelecimento.
- C** É vedada a adoção de regime de teletrabalho para estagiários.
- D** Os valores pagos ao empregado em regime de teletrabalho para manutenção de equipamentos tecnológicos e infraestrutura adequada à prestação do trabalho integram a remuneração do empregado, ainda que previstos em contrato escrito.
- E** O empregado submetido ao regime de teletrabalho poderá prestar serviços por jornada, por produção ou por tarefa.

**Questão 55**

Acerca das férias para empregados regidos pela CLT, assinale a opção correta.

- A** As férias individuais poderão ser usufruídas em até três períodos de, no mínimo, cinco dias cada um.
- B** A concessão das férias na época própria com o atraso da respectiva remuneração enseja a aplicação da penalidade de pagamento em dobro ao empregador.
- C** A época de concessão das férias será negociada com o empregador de forma a melhor atender os interesses do empregado.
- D** Os empregados que não completaram o período aquisitivo não podem gozar férias coletivas.
- E** As férias coletivas podem ser divididas em até dois períodos por ano, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos.

**Questão 56**

Acerca da impetração de mandado de segurança contra decisão que determine a penhora de proventos de aposentadoria, assinale a opção correta, à luz do Código de Processo Civil de 2015 e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

- A** O mandado de segurança é incabível no referido caso, por ser a decisão passível de reforma por meio de agravo de petição.
- B** O ato tido como coator será ilegal ou abusivo se a constrição recair sobre proventos de aposentadoria depositados em caderneta de poupança em valor inferior a quarenta salários mínimos.
- C** A segurança deve ser concedida em razão da impenhorabilidade dos proventos de aposentadoria.
- D** Não há ilegalidade ou abusividade no ato desde que a penhora não ultrapasse 50% dos ganhos líquidos da parte executada e o valor líquido auferido pelo impetrante, após os descontos, não seja inferior a um salário mínimo.
- E** A decisão ofende direito líquido e certo da parte impetrante por não ser possível a penhora de proventos de aposentadoria para satisfação de crédito trabalhista.

**Questão 57**

A ausência de indicação expressa do dispositivo legal supostamente ofendido enseja a inépcia da petição inicial da ação rescisória quando esta tiver como fundamento de rescindibilidade

- A** violação manifesta de norma jurídica.
- B** dolo ou coação da parte vencida.
- C** ofensa à coisa julgada.
- D** prova falsa.
- E** erro de fato.

**Questão 58**

O direito de o empregador instaurar inquérito judicial para apuração de falta grave em face de empregado dirigente sindical que incorre em abandono de emprego é contado a partir do(a)

- A** cessação do benefício previdenciário, quando existente.
- B** término do período em que garantida a estabilidade provisória de dirigente sindical.
- C** momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço.
- D** ausência de justificativa pelo trabalhador para não retornar ao serviço.
- E** suspensão do empregado.

**Questão 59**

O beneficiário da justiça gratuita que tem sua reclamação trabalhista julgada improcedente deve

- A** pagar as multas processuais que lhe forem impostas ao final do processo.
- B** recolher as custas processuais no valor de 2% do valor da causa após o trânsito em julgado.
- C** ser isentado do pagamento de honorários de sucumbência.
- D** ser responsabilizado pelo pagamento dos honorários periciais em que sucumbente no objeto da perícia.
- E** efetuar o depósito recursal para recorrer.

**Questão 60**

A luz da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a interposição de recurso de revista por empresa privada na fase de execução pode ocorrer na hipótese de

- A violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
- B contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
- C dissenso jurisprudencial quanto a dispositivo de lei estadual de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do tribunal regional prolator da decisão recorrida.
- D divergência jurisprudencial entre tribunal regional do trabalho, no seu pleno ou turma, quanto a dispositivo de lei federal ou contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- E ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

**Questão 61**

A Política Nacional de Meio Ambiente tem, entre outros propósitos, o objetivo de

- A exigir o licenciamento ambiental para controle de atividades efetivas potencialmente poluidoras.
- B constituir o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- C impor ao poluidor e ao predador a obrigação de recuperar e (ou) indenizar danos ambientais, e ao usuário, a contribuição por utilizar recursos ambientais com fins econômicos.
- D promover a avaliação de impactos ambientais.
- E orientar a elaboração do zoneamento ambiental.

**Questão 62**

Determinada unidade de conservação da natureza admite certo grau de ocupação humana, é dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem os objetivos básicos de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Assinale a opção em que é apresentada corretamente a nomenclatura da unidade de conservação descrita anteriormente.

- A reserva particular do patrimônio natural
- B área de proteção ambiental (APA)
- C parque
- D estação ecológica
- E refúgio de vida silvestre

**Questão 63**

Uma das diretrizes gerais do estudo de impacto ambiental (EIA) é

- A recuperar as áreas ambientalmente degradadas relacionadas ao projeto.
- B promover o levantamento de infrações ambientais cometidas na área do projeto.
- C proteger as áreas ameaçadas de degradação relacionadas ao projeto.
- D estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental a serem adotados na área do projeto.
- E contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto.

**Questão 64**

Considere-se que, no âmbito do licenciamento ambiental, determinado ato de órgão ambiental competente aprove, na fase preliminar do planejamento de um empreendimento, sua localização e concepção, atestando sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e as condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

O ato descrito na hipótese precedente é denominado

- A autorização.
- B licença prévia.
- C homologação.
- D licença de instalação.
- E licença de operação.

**Questão 65**

Entre as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) está a de

- A deliberar, sob a forma de resoluções, proposições, recomendações e moções, visando ao cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente.
- B estabelecer normas complementares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) a fim de regular a criação de unidades de conservação.
- C manifestar-se sobre a redução da área de reserva legal dos imóveis rurais nos estados da Federação.
- D deliberar sobre a adoção de medidas relacionadas a desastres ambientais pelos órgãos ambientais estaduais e municipais.
- E autorizar o licenciamento ambiental de projetos que impactem diretamente unidades de conservação da natureza.

**Questão 66**

No contexto da política urbana brasileira, o plano diretor municipal

- A é o instrumento que deve prever a política de cobrança da taxa de limpeza urbana.
- B deve ordenar a zona urbana municipal, uma vez que se aplicam as normas federais à zona rural municipal.
- C é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e deve ser aprovado pela respectiva câmara municipal.
- D é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e deve ser revisto a cada vinte anos.
- E deve prever os imóveis urbanos passíveis de desapropriação para fins de implantação da infraestrutura urbana.

**Questão 67**

No que se refere ao seu tratamento legal, o plano diretor é o instrumento que

- A contém mecanismo de aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de dez anos consecutivos.
- B é exigido, de forma obrigatória, na área de influência de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.
- C define, no âmbito do direito de construir acima do coeficiente básico, os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerados a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.
- D contém a listagem de áreas suscetíveis a deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, para fins de destinação de recursos e realização de políticas públicas.
- E orienta as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, devendo os municípios que não tenham aprovado plano diretor elaborá-lo até junho de 2025.

**Questão 68**

Conforme o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), após cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá

- A** autorizar que o proprietário do imóvel urbano exerça, em outro local, o seu direito de construir.
- B** exercer o direito de preempção.
- C** incluir o imóvel em lei municipal que autoriza o usufruto do direito de superfície pelo poder público.
- D** desapropriar o imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- E** incluir o imóvel em área para aplicação de operações consorciadas.

**Questão 69**

De acordo com o Estatuto da Metrópole (Lei n.º 13.089/2015), as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas

- A** são definidas por lei estadual a fim de permitir a realização de operações consorciadas urbanas.
- B** devem estar previstas em lei complementar estadual e em lei dos municípios envolvidos.
- C** só poderão ser formalizadas após a realização de plebiscito.
- D** devem contar com prévio estudo de impacto ambiental (EIA) e prévio estudo de impacto de vizinhança (EIV).
- E** são constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

**Questão 70**

Acerca do tombamento do patrimônio nacional, assinale a opção correta.

- A** O tombamento pode ser aplicado a monumentos naturais, sítios e paisagens cuja conservação e proteção sejam relevantes em razão da feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.
- B** Para o tombamento de uma obra, exige-se a conjugação concomitante dos requisitos de excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico, além da vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.
- C** Excluem-se do tombamento as obras de origem estrangeira, exceto quando constituírem bens públicos de valor histórico pertencentes ao país estrangeiro.
- D** Prescinde-se de autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a colocação de anúncios ou cartazes na área de vizinhança de coisa tombada.
- E** No caso de o proprietário não ter recursos para obras de conservação e reparação, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deverá promover a desapropriação da coisa tombada.

**Questão 71**

No que se refere ao negócio jurídico de cessão de créditos que envolva o estabelecimento empresarial e seu regramento pelo Código Civil de 2002, assinale a opção correta.

- A** A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência pelo órgão oficial, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- B** A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde que individualmente notificados.
- C** A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da averbação da transferência no órgão oficial, mas o devedor ficará exonerado se pagar ao cedente e comunicar o cessionário no prazo de 10 dias do pagamento.
- D** A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da celebração do instrumento de cessão, presumindo-se a boa-fé do devedor se pagar ao cedente.
- E** A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência pelo órgão oficial, mas o devedor ficará exonerado se pagar ao cedente e comunicar o cessionário no prazo de 10 dias do pagamento.

**Questão 72**

Com base na Lei n.º 9.279/1996, que versa sobre direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, julgue os itens a seguir.

- I Ao titular da marca é assegurado o direito de impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca do produto, para a sua promoção e comercialização.
- II O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) possui legitimidade ativa para promover ação judicial de nulidade de patente de invenção.
- III Havendo viabilidade econômica na fabricação do produto patentado, a sua não exploração no território brasileiro por falta de fabricação é situação legal a ensejar licença compulsória.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 73**

No que se concerne à responsabilidade dos sócios, a doutrina de direito empresarial classifica as sociedades em três diferentes categorias:

- (1) sociedades de responsabilidade ilimitada;
- (2) sociedades de responsabilidade limitada;
- (3) sociedades de responsabilidade mista.

Assinale a opção em que são apresentados, respectivamente, exemplos de tipos societários adequados a cada uma das categorias citadas no texto precedente.

- A** (1) sociedade anônima; (2) sociedade limitada; (3) sociedade em comandita simples.
- B** (1) sociedade em comandita simples; (2) sociedade anônima; (3) sociedade em comandita por ações.
- C** (1) sociedade simples pura; (2) sociedade em nome coletivo; (3) sociedade em comum.
- D** (1) sociedade em nome coletivo; (2) sociedade anônima; (3) sociedade em conta de participação.
- E** (1) sociedade em comandita por ações; (2) sociedade limitada; (3) sociedade em nome coletivo.

**Questão 74**

No que diz respeito às sociedades limitadas, assinale a opção correta com base no Código Civil.

- A** A sociedade limitada exige pluralidade de pessoas.
- B** Na omissão do contrato social, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, desde que sejam ouvidos os demais titulares do capital social e que determinada fração não se oponha.
- C** O direito de preferência dos sócios na participação do aumento do capital social pode ser cedido a outro sócio ou a terceiro.
- D** A administração atribuída no contrato a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
- E** O membro de órgão de administração de sociedade limitada controlada pode figurar, conjuntamente, como membro em órgão de conselho fiscal da sociedade limitada controladora.

**Espaço livre**

**Questão 75**

Determinado juízo em que tramita ação de execução fiscal decidiu, em favor da fazenda pública, pelo bloqueio e pela constrição de específicos bens de sociedade empresária em recuperação judicial. Com o deferimento da constrição, sem impugnação pela parte executada, o juízo da execução fiscal determinou a expedição de ofício ao juízo da recuperação judicial, solicitando que os bens fossem imediatamente liberados em favor da fazenda pública.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, com base na orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas disposições da Lei n.º 11.101/2005.

- A** Caso a medida constritiva recaia sobre bens móveis, como veículos, e bens de capital essenciais, o juízo da recuperação judicial deverá dar imediato cumprimento ao ofício.
- B** Não estará caracterizada a ocorrência de conflito de competência se o juízo da recuperação judicial deixar de substituir o bem constrito ou de propor forma alternativa de satisfação da execução fiscal, optando por requerer o levantamento da penhora, sem cogitar de medida substitutiva, desbordando dos contornos legais de sua competência.
- C** O juízo da recuperação judicial não poderá oficiosamente anular, desconsiderar ou suspender os atos de constrição determinados pelo juízo da execução fiscal, porque o regramento legal da questão exige dele postura proativa, cooperativa, que também contemple os interesses da fazenda pública, somente se opondo aos atos constritivos de forma fundamentada e razoável.
- D** Deverá o juízo da recuperação judicial dar imediato cumprimento ao ofício, pois compete ao juízo da execução fiscal determinar os atos de constrição judicial sobre bens e direitos da sociedade em recuperação judicial e proceder à alienação ou ao levantamento de quantia penhorada, comunicando as medidas ao juízo da recuperação, como dever de cooperação.
- E** O juízo da execução fiscal não poderia ter ordenado a constrição de bens da recuperanda sem antes ter diligenciado o juízo da recuperação judicial.

**Questão 76**

A Constituição Federal de 1988 prevê que o regramento do direito financeiro se faça por meio de lei complementar, restando algumas matérias para a lei ordinária. Conforme o texto constitucional, a lei ordinária pode dispor sobre

- A** a instituição de fundos de qualquer natureza.
- B** o exercício financeiro.
- C** a vigência do plano plurianual.
- D** os prazos da lei de diretrizes orçamentárias.
- E** a elaboração e a organização da lei orçamentária anual.

**Questão 77**

Ao elaborar a lei orçamentária, nela devem estar presentes todas as receitas. Determinados ingressos, todavia, não são considerados como receita para efeitos orçamentários, como é o caso de

- A** operações de crédito por antecipação da receita.
- B** venda de patrimônio permanente.
- C** juros de empréstimos concedidos.
- D** outorga de concessões.
- E** aluguel de imóveis.

**Questão 78**

Com vistas a permitir que o credor de precatórios receba seu valor antes do momento constitucionalmente determinado, a Constituição Federal de 1988 permite que o credor de precatório federal se utilize do seu crédito para

- Ⓐ pagar tributos vencidos, mas não inscritos em dívida ativa.
- Ⓑ quitar débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo da União.
- Ⓒ pagar tributos estaduais parcelados.
- Ⓓ pagar antecipadamente tributos, em promoções de antecipação de receitas.
- Ⓔ comprar móveis públicos de propriedade da União, desde que disponibilizados para venda.

**Questão 79**

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 —, é condição para ser objeto de transferência voluntária, da União para os estados, que a transferência não seja destinada ao

- Ⓐ Sistema Rodoviário Estadual.
- Ⓑ Sistema Público de Educação.
- Ⓒ Sistema Penitenciário Nacional.
- Ⓓ Sistema de Segurança Pública Estadual.
- Ⓔ Sistema Único de Saúde.

**Questão 80**

Para que um crédito que a fazenda pública detenha seja registrado como dívida ativa, é condição indispensável que

- Ⓐ tenha natureza tributária.
- Ⓑ tenha sido apurada sua liquidez e certeza.
- Ⓒ tenha vencido no ano anterior.
- Ⓓ sua receita seja escriturada com natureza de sua origem.
- Ⓔ tenha sido proposto previamente o parcelamento ao devedor.

**Questão 81**

Conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida judicialmente será

- Ⓐ a data da resposta do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao requerimento administrativo que teve por objeto a concessão do referido benefício, sendo esse requerimento obrigatório para tal fim.
- Ⓑ a data da citação válida, se ausente requerimento administrativo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- Ⓒ a data definida em laudo pericial como início da incapacidade e da insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que garanta ao trabalhador a sua subsistência.
- Ⓓ a data do protocolo da ação previdenciária cujo objeto seja a concessão do referido benefício.
- Ⓔ o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença.

**Questão 82**

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela

- Ⓐ vigente na data do óbito do segurado.
- Ⓑ vigente na data do requerimento desse benefício ao INSS.
- Ⓒ vigente na data da decisão do requerimento administrativo proferida pelo INSS.
- Ⓓ mais favorável ao beneficiário.
- Ⓔ mais favorável ao INSS.

**Questão 83**

Em janeiro de 2022, Paulo sofreu acidente doméstico que resultou em seu afastamento da atividade laboral por três meses. Recuperado das lesões sofridas, em perícia realizada pelo INSS, foi identificada sequela definitiva com redução da capacidade para o trabalho que ele habitualmente exercia. Assim, passou a receber o auxílio-acidente. Em novembro de 2023, preenchidos os requisitos legais, Paulo poderá requerer a aposentadoria por idade.

Considerando a situação apresentada, as previsões legais e o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível a acumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria por idade, visto que a lei apenas autoriza a acumulação do auxílio com a aposentadoria por invalidez.
- Ⓑ A acumulação de auxílio-acidente com a aposentadoria seria possível se a lesão incapacitante e a aposentadoria fossem anteriores ao dia 11 de novembro de 1997.
- Ⓒ Para fins de apuração do salário de benefício da aposentadoria a ser recebida por Paulo, o valor mensal do auxílio-acidente será somado ao salário de contribuição, podendo, neste caso, o total apurado ser superior ao limite máximo do salário de contribuição.
- Ⓓ Paulo vinha recebendo, mensalmente, a título de auxílio-acidente, 91% do salário de benefício.
- Ⓔ Paulo não deveria ter recebido auxílio-acidente, tendo em vista que este decorre necessariamente de acidente de trabalho.

**Questão 84**

Para fins previdenciários, o décimo terceiro salário, ou gratificação natalina,

- Ⓐ não integra o salário de contribuição nem o cálculo do salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.
- Ⓑ não integra o salário de contribuição, mas compõe o cálculo do salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.
- Ⓒ integra o salário de contribuição, bem como o cálculo do salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.
- Ⓓ integra o salário de contribuição, exceto para o cálculo do salário de benefício, sendo devida a contribuição previdenciária sobre o seu valor.
- Ⓔ não integra o salário de contribuição, tampouco o cálculo do salário de benefício, não sendo devida, por esse motivo, a contribuição previdenciária sobre o seu valor.

**Questão 85**

João é prestador de serviços e trabalha de forma eventual na cidade de Aracaju realizando pequenos reparos, reformas e pequenas construções imobiliárias. Entende que, como não trabalha com “carteira assinada”, não tem qualquer obrigação de fazer a sua inscrição junto ao INSS ou de realizar contribuições previdenciárias.

Acerca da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** Juridicamente, João é um segurado obrigatório contribuinte individual e, nesta condição, deverá realizar sua inscrição no sistema previdenciário e recolher as contribuições devidas.
- B** A situação descrita enquadra João na categoria de segurado facultativo e, portanto, dispensado de contribuir para a previdência social.
- C** João deverá se inscrever no sistema previdenciário como segurado obrigatório na modalidade trabalhador avulso, devendo, portanto, realizar as contribuições previdenciárias pretéritas obrigatoriamente.
- D** Em razão da eventualidade do trabalho realizado, não há a possibilidade de João se inscrever no sistema previdenciário, nem mesmo como segurado facultativo.
- E** A filiação à previdência social estará configurada a partir da inscrição de João, momento em que se ele tornará segurado obrigatório.

**Questão 86**

A Constituição Federal de 1988, no § 12 do seu art. 201, estabeleceu que uma lei viria a instituir sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dedicassem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. Esse comando constitucional foi regulamentado pela Lei n.º 12.470/2011.

As disposições constitucionais e legais mencionadas no texto precedente relacionam-se mais estreitamente com o princípio constitucional

- A** da universalidade da cobertura e do atendimento.
- B** da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C** da diversidade da base de financiamento.
- D** da irredutibilidade do valor dos benefícios.
- E** do caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite.

**Questão 87**

Nos termos da Lei n.º 8.212/1991, o salário de contribuição é,

- A** para o contribuinte individual, a maior remuneração auferida em uma das empresas para as quais o trabalhador realizou serviços durante o mês, observado o limite máximo legal.
- B** para o empregado, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, isto é, exclusivamente a totalidade dos rendimentos efetivamente pagos, a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma.
- C** para o trabalhador avulso, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, excluídas as gorjetas.
- D** para o empregado doméstico, a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observados os limites mínimo e máximo legalmente previstos.
- E** para o segurado facultativo, o valor por ele declarado, não havendo limites.

**Questão 88**

A Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 disciplina o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe (RPPS/SE) e estabelece o rol de dependentes dos segurados que podem ser seus beneficiários de forma diversa do estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Assinale a opção que apresenta corretamente dependente(s) beneficiário(s) do RPPS/SE que também é(são) previsto(s) como beneficiário(s) no RGPS.

- A** pais do segurado, desde que dependam economicamente deste
- B** pessoa designada, menor de 21 anos, maior de 60 anos ou inválida
- C** filho ou equiparado, definitivamente inválido para o trabalho ou incapaz, se solteiro e sem renda
- D** filho ou equiparado, menor de 21 anos de idade, sem rendimentos, desde que esteja comprovadamente cursando ensino superior
- E** cônjuge, companheira, companheiro e filho ou equiparado, não emancipado, necessariamente menor de 18 anos de idade

**Questão 89**

Conforme a Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, o cônjuge separado de fato, o ex-cônjuge ou o ex-companheiro que recebe pensão de alimentos na data de falecimento do segurado

- A** concorre à pensão por morte com os eventuais filhos ou equiparados dependentes do segurado, bem como com o companheiro ou cônjuge do falecido, se houver, até o limite do percentual da pensão de alimentos e observados os limites temporais aplicáveis ao caso.
- B** não concorre com os demais dependentes à percepção da pensão por morte, encerrando-se a pensão alimentícia na data do falecimento do segurado.
- C** concorre à pensão por morte com os eventuais filhos ou equiparados dependentes do segurado, bem como com o companheiro ou cônjuge do falecido, se houver, até o limite do percentual da pensão de alimentos, recebendo o benefício de forma vitalícia.
- D** concorre à pensão por morte com os eventuais filhos ou equiparados dependentes do segurado, bem como com o companheiro ou cônjuge do falecido, se houver, em cotas iguais com os dependentes beneficiários e observados os limites temporais aplicáveis ao caso.
- E** não concorre à pensão por morte com os demais dependentes do segurado, até o limite do percentual da pensão de alimentos e observados os limites temporais aplicáveis ao caso.

**Questão 90**

A Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 disciplina a restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE. Acerca dessa previsão, assinale a opção correta.

- Ⓐ A reposição de valores indevidamente recebidos, decorrente de erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício, deve ser feita imediatamente e de forma atualizada.
- Ⓑ A restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deve ser feita de uma só vez, devidamente atualizada.
- Ⓒ A importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE decorrente de erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício não obriga a restituição.
- Ⓓ A restituição de importância recebida indevidamente por segurado ou beneficiário do RPPS/SE, nos casos comprovados de dolo, fraude ou má-fé, deve ser feita em parcelas não excedentes de 20% da totalidade dos benefícios.
- Ⓔ A reposição de valores indevidamente recebidos, decorrente de erro do órgão ou entidade responsável pela concessão do benefício, deve ser feita em parcelas não excedentes de 20% da totalidade dos benefícios.

**Questão 91**

A respeito das imunidades tributárias, assinale a opção correta com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- Ⓐ A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos geradores ocorridos antes da sucessão.
- Ⓑ Os bens imóveis de propriedade das instituições de educação e de assistência social, quando temporariamente ociosos, não são contemplados pela imunidade tributária, ainda que tais entidades não sejam dotadas de fins lucrativos.
- Ⓒ As ações assistenciais exercidas por entidades religiosas são compatíveis com o modelo constitucional brasileiro de assistência social, razão por que se incluem no âmbito da imunidade tributária, ainda que tais ações sejam restritas aos membros da organização religiosa ou àqueles que concordarem em aderir a seus preceitos.
- Ⓓ A imunidade tributária cultural, destinada a livros, jornais e periódicos, não alcança o livro eletrônico — *e-book* —, nem os suportes utilizados para fixá-lo.
- Ⓔ A imunidade tributária subjetiva aplica-se ao ente beneficiário quando este figura como contribuinte de direito, e não contribuinte de fato, sendo irrelevante investigar se o tributo repercute economicamente, ou não.

**Questão 92**

Em relação ao imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos (ITCMD), assinale a opção correta, consideradas a CF e a jurisprudência do STF.

- Ⓐ A competência para instituir e cobrar o ITCMD, considerados os bens imóveis, é do estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou naquele em que o doador tiver domicílio.
- Ⓑ O texto constitucional prevê mais de uma hipótese de imunidade tributária relativa ao ITCMD, sendo uma delas a não incidência do imposto sobre as doações destinadas às instituições federais de ensino.
- Ⓒ Os estados podem fazer o uso da competência legislativa plena para disciplinar a cobrança do ITCMD, nas hipóteses em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior, enquanto não editada a legislação nacional atinente às normas gerais.
- Ⓓ No caso de doação de bens móveis, a competência para exigir o ITCMD é do estado da situação do bem.
- Ⓔ Os estados, após deliberação em convênio, definirão as alíquotas máximas para a cobrança do ITCMD.

**Questão 93**

Assinale a opção em que é indicado imposto cuja disciplina está ausente do Código Tributário Nacional (CTN).

- Ⓐ imposto sobre a importação (II)
- Ⓑ imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR)
- Ⓒ imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI)
- Ⓓ imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU)
- Ⓔ imposto sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA)

**Questão 94**

Considerando a disciplina constitucional atinente à substituição tributária na cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), assinale a opção correta, com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ É possível aos estados disciplinar, mediante lei ordinária, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, desde que a previsão legal não imponha sistemática de substituição tributária, para a qual é exigida lei complementar.
- Ⓑ É possível aos estados disciplinar, mediante decreto do Poder Executivo, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, desde que a previsão legal não imponha sistemática de substituição tributária, para a qual se exige lei complementar.
- Ⓒ É vedado aos estados disciplinar, mediante lei ordinária, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, pois tal antecipação deve ser disciplinada por lei complementar.
- Ⓓ É possível aos estados disciplinar, mediante lei ordinária, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, podendo a previsão legal veicular sistemática de substituição tributária.
- Ⓔ É possível aos estados disciplinar, mediante decreto do Poder Executivo, a antecipação do critério temporal da hipótese de incidência tributária do ICMS, presumindo-se a ocorrência do fato gerador, desde que a previsão legal não imponha sistemática de substituição tributária, para a qual é exigida lei ordinária.

**Questão 95**

Consideradas a interpretação e a integração da legislação tributária, é correto afirmar que, ausente disposição expressa, a administração tributária deverá utilizar, sucessivamente, nesta ordem, os seguintes expedientes:

- A** princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e analogia.
- B** analogia, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e equidade.
- C** equidade, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e analogia.
- D** equidade, princípios gerais de direito público, princípios gerais de direito tributário e analogia.
- E** analogia, equidade, princípios gerais de direito tributário e princípios gerais de direito público.

**Questão 96**

A Assembleia Legislativa do Estado X editou lei com as seguintes previsões:

- I prescrição decenal dos créditos de ICMS;
- II definição dos contribuintes e das bases de cálculo do IPVA;
- III isenção tributária de ITCMD para determinados contribuintes.

Em face dessa situação hipotética, é correto afirmar, no que diz respeito à disciplina constitucional do sistema tributário, que

- A** apenas a previsão legal mencionada em I é compatível com o que dispõe a CF.
- B** são compatíveis com o disposto na CF as previsões legais mencionadas em I e II.
- C** apenas a previsão legal mencionada em II é compatível com o que dispõe a CF.
- D** apenas a previsão legal mencionada em III é compatível com o disposto na CF.
- E** todas as previsões legais são compatíveis com o que dispõe a CF.

**Questão 97**

Com base no disposto na CF e na Lei Complementar n.º 87/1996, em atenção à jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito do ICMS.

- A** O ICMS não incide sobre bens importados do exterior por pessoas físicas, quando destinados ao uso próprio.
- B** As operações que destinem petróleo a outros estados, assim como as operações de arrendamento mercantil são hipóteses de imunidade tributária atinentes ao ICMS.
- C** O ICMS não incidirá sobre o licenciamento de programas de computador — *softwares* —, sejam eles padronizados ou elaborados por encomenda.
- D** No âmbito dos serviços de telecomunicação, a inadimplência do consumidor final obsta a ocorrência do fato gerador do ICMS, razão por que não se pode cobrar o tributo sobre prestação de serviço de comunicação em relação à qual tenha havido inadimplência total do usuário.
- E** O ICMS incide sobre as prestações onerosas dos serviços de telecomunicação, contemplando as operações preparatórias daquele serviço — habilitação, instalação e assinatura.

**Questão 98**

A respeito das garantias e privilégios do crédito tributário, julgue os seguintes itens com base no disposto no CTN, observada a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I A hierarquia na cobrança judicial de créditos tributários que envolva o estado de Sergipe, o município de Aracaju e a União deve obedecer à seguinte ordem de preferência: União, estado de Sergipe e município de Aracaju.
- II As garantias atribuídas ao crédito tributário pelo CTN são absolutas, excluindo-se outras que sejam previstas em legislações esparsas, ainda que derivadas da natureza do tributo.
- III O controle de legalidade da inscrição dos créditos em dívida ativa deve ser rígido, porquanto o crédito, uma vez inscrito, goza de presunção relativa de liquidez e certeza.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

**Questão 99**

João, comerciante, apresentou volume de vendas aparentemente incompatível com o total de ICMS cobrado dos adquirentes das mercadorias e recolhido aos cofres públicos. Ante a situação, o fisco estadual solicitou às instituições financeiras os dados a respeito das transações financeiras da empresa, os quais foram fornecidos, tendo revelado ingressos constantes nas contas bancárias de João, correspondentes a valores do ICMS que deveriam ter sido recolhidos ao fisco, levando-se em conta relevante lapso temporal. Dado o indício de crimes, o fisco formalizou representação fiscal para fins penais perante o Ministério Público.

Nessa situação hipotética, a conduta do fisco foi

- A** legítima, dada a licitude da obtenção dos dados bancários e do envio da representação fiscal ao Ministério Público, haja vista a caracterização da sonegação fiscal.
- B** legítima, dada a licitude da obtenção dos dados bancários e do envio da representação fiscal ao Ministério Público, já que caracterizada a apropriação indébita tributária.
- C** ilegítima, ante o equívoco da representação fiscal ao Ministério Público, pois o inadimplemento tributário é conduta atípica.
- D** ilegítima, porquanto a obtenção dos dados protegidos pelo sigilo bancário está condicionada à reserva de jurisdição.
- E** ilegítima, uma vez que a inclusão do tributo no preço cobrado pela mercadoria revela que os valores são de titularidade de João.

**Questão 100**

No tocante aos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.137/1990 e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ Os crimes materiais previstos na citada lei não prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão por que o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o exaurimento do processo administrativo.
- Ⓑ Os crimes materiais previstos nessa lei prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão pela qual o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o exaurimento do processo administrativo.
- Ⓒ Os crimes formais previstos na mencionada lei prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão por que o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o início do processo administrativo.
- Ⓓ Os crimes formais previstos no referido diploma legal não prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão pela qual o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o exaurimento do processo administrativo.
- Ⓔ Os crimes materiais previstos na referida lei não prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão por que o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o início do processo administrativo.

**Espaço livre**